



Síntese de Legislação Nacional n.º 1630

Semana de 27 a 31 de maio de 2019

Regulamentação Colectiva de Trabalho

Ensino de condução automóvel (CAE 85530)

[Portaria n.º 171/2019](#)

31/05/2019

Determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a APEC - Associação Portuguesa de Escolas de Condução e o SITESE - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo publicado no [BTE 16/2019](#), de 29/04/2019

Aplica-se:

- às relações de trabalho entre empregadores não filiados na APEC que se dediquem à atividade de ensino de condução automóvel e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;
- às relações de trabalho entre empregadores filiados na APEC que exerçam a atividade económica referida na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pelo SITESE.

Não se aplica:

- aos empregadores filiados na ANIECA — Associação Nacional de Escolas de Condução Automóvel.

A tabela salarial e cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir de 1 de maio de 2019

Indústria de Tripas e Afins (CAE 10110)

[BTE 20/2019](#)

29/05/2019

Contrato coletivo entre a ITA - Associação Portuguesa dos Industriais de Tripas e Afins e o SinCESAHT - Sindicato do Comércio, Escritórios, Serviços, Alimentação, Hotelaria e Turismo - Alteração salarial e outras (*subsídio de refeição*) ao CCT publicado no [BTE 14/2018](#), de 15/04/2018

As tabelas salariais e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Indústria de Lacticínios (CAE 10 510)

Contrato coletivo entre a ANIL - Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios e outras e a FESAHT - Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outros - Alteração salarial e outra (*horário por turnos*) ao CCT publicado no [BTE 24/2016](#), de 29/06/2016 com a última revisão publicada no [BTE 21/2017](#), de 08/06/2017

Esta tabela salarial e as restantes cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2019.



Indústria Metalúrgica e Metalomecânica

[BTE 20/2019](#)

29/05/2019

Contrato coletivo entre a AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal e o SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia - **Texto consolidado** - Alteração salarial e outras (*subsídio de refeição*) ao CCT publicado no [BTE 10/2010](#), de 15/03/10 com a última revisão publicada no [BTE 17/2018](#), de 08/05/2018

A tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de abril de 2019

Operação portuária dos Portos do Douro e Leixões

[BTE 20/2019](#)

29/05/2019

Contrato coletivo entre a Associação dos Operadores Portuários dos Portos do Douro e Leixões e outra e o Sindicato dos Estivadores, Conferentes e Tráfego dos Portos do Douro e Leixões - **Texto consolidado** - Alteração salarial e outras (*Diurnidades, subsídio de refeição*) ao CCT publicado no [BTE 20/2012](#), de 29/05/2012 com a última revisão publicada no [BTE 20/2018](#), de 29/05/2018

A tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019

Serviços de segurança privada e prevenção, ainda que subsidiária ou complementarmente à sua actividade principal

[BTE 20/2019](#)

29/05/2019

Contrato coletivo entre a AES - Associação de Empresas de Segurança e a FETESE - Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços e outro - Alteração e outras (*subsídio de alimentação, de função, de deslocação, de transporte*) ao CCT publicado no [BTE 38/2017](#), de 15/10/2017 com a última revisão publicada no [BTE 48/2018](#), de 29/12/2018

A tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária produzirão efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2019.

e

[BTE 20/2019](#)

29/05/2019

Contrato coletivo entre a AES - Associação de Empresas de Segurança e o STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas - e outro - Alteração e outras (*subsídio de alimentação, de função, de deslocação, de transporte*) ao CCT publicado no [BTE 38/2017](#), de 15/10/2017 com a última revisão publicada no [BTE 48/2018](#), de 29/12/2018

A tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária produzirão efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2019.

Actividade de hospitalização privada, explorando unidades de saúde com ou sem internamento, com ou sem bloco operatório, destinado à administração de terapêuticas médicas

[BTE 20/2019](#)

29/05/2019

Contrato coletivo entre a APHP - Associação Portuguesa de Hospitalização Privada e a FESAHT - Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outro - **Texto consolidado** - Alteração salarial e outras (*subsídio de refeição*) ao CCT publicado



no [BTE 15/2010](#), de 22/04/2010, com a última revisão publicada no [BTE 41/2017](#), de 08/11/2017

A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a 1 de Janeiro de 2019.

Comércio retalhista e reparação de electrodomésticos no Algarve (Abrange as seguintes CAE 47112, 47191, 47210, 47220, 47230, 47250, 47260, 47291, 47293, 47740, 47750, 47510, 47711, 47712, 47721, 47722, 47591, 47592, 47530, 47593, 47430, 47540, 47593, 47630, 47521, 47522, 47523, 47620, 47410, 47770, 47650, 47640, 47761, 47783, 47420, 47762, 47784, 47790, 47910, 47810, 47820, 47890, e 95210).

[Portaria n.º 164/2019](#)

28/05/2019

Determina a extensão do contrato coletivo entre a ACRAL - Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outros

Aplica-se:

- a) às relações de trabalho entre empregadores não filiados na ACRAL que se dediquem às atividades económicas abrangidas pela convenção e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais nela previstas;*
- b) às relações de trabalho entre empregadores filiados na ACRAL que exerçam as atividades económicas referidas na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pelo CESP e outros*

Não se aplica:

- a) a empregadores não filiados na associação de empregadores outorgante desde que se verifique uma das seguintes condições:
 - i) sendo a atividade de comércio a retalho alimentar ou misto, disponham de uma área de venda contínua de comércio a retalho alimentar igual ou superior a 2 000 m²;
 - ii) sendo a atividade de comércio a retalho não alimentar, disponham de uma área de venda contínua igual ou superior a 4 000 m²;
 - iii) sendo a atividade de comércio a retalho alimentar ou misto, pertencente a empresa ou grupo de empresas que tenha, a nível nacional, uma área de venda acumulada de comércio a retalho alimentar igual ou superior a 15 000 m²;
 - iv) sendo a atividade de comércio a retalho alimentar, pertencente a empresa ou grupo de empresas que tenha, a nível nacional, uma área de venda acumulada igual ou superior a 25 000 m².

A tabela salarial e cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir do dia 1 de junho 2019.

Legislação

Geral / Administração Pública: identificação profissional dos inspectores da ASAE

[Portaria n.º 161/2019](#)

27/05/2019

Aprova o modelo de cartão de identificação profissional «livre-trânsito» dos dirigentes com competência inspetiva e do pessoal da carreira especial de inspeção e da carreira subsistente de inspetor-adjunto da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), constante do anexo I da presente portaria e que dela faz parte integrante

Geral: estado do ambiente - Açores

[Decreto Legislativo Regional n.º 12/2019/A](#)

30/05/2019

1ª alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A](#), de 25/05, que regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente,



regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS), republicando-o.

Geral: revogação de diplomas legais

[Lei n.º 36/2019](#)

29/05/2019

Determina a cessação de vigência de centenas de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980 nas áreas nos negócios estrangeiros, defesa, justiça, cultura, educação, trabalho, solidariedade social e segurança social, saúde, planeamento e infraestruturas, economia, ambiente, agricultura, florestas e desenvolvimento rural e mar.

Sector Energético: tarifa solidária de gás de petróleo liquefeito (GPL) engarrafado

[Portaria n.º 167/2019](#)

29/05/2019

1ª alteração à [Portaria n.º 240/2018](#), de 29/08, que aprova o projeto-piloto de aplicação da tarifa solidária de gás de petróleo liquefeito (GPL) a aplicar a clientes finais economicamente vulneráveis.

Atividade áreas portuário-marítimas turística: transferência de competências p/ a Administração Local Autárquica:

[Decreto-Lei n.º 72/2019](#)

28/05/2019

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais aprovado pela [Lei n.º 50/2018](#), de 16/08, no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.

Relativamente ao ano de 2019, os municípios que não pretendam a transferência das competências previstas no presente decreto-lei comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após entrada em vigor do presente decreto-lei

Sector marítimo-portuário e da náutica de recreio: taxas

[Portaria n.º 163/2019](#)

28/05/2019

1ª alteração à [Portaria n.º 342/2015](#), de 12/10, que aprova as taxas e respetivos montantes a cobrar pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) pela prestação de serviços públicos e pela emissão de licenças, certificações e títulos análogos no âmbito da regulamentação, supervisão e fiscalização do sector marítimo-portuário e da náutica de recreio.

Atividade Cinematográfica: «Portugal Film Commission (PFC)»

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2019](#)

31/05/2019

Cria a «Portugal Film Commission (PFC)», destinada a apoiar e promover o cinema e o audiovisual e a internacionalização de Portugal como destino de filmagens, concretizando uma medida SIMPLEX +.

Data de produção de efeitos: 01/06/2019



Administração Pública / Atividades de Emprego: Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

[Portaria n.º 169/2019](#)

30/05/2019

Define os procedimentos para a operacionalização nacional do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização criado pelo Regulamento (UE) n.º 1309/2013.

Viagens e Turismo: taxas a pagar no acesso ao Fundo de Garantia das Viagens e Turismo (FGVT)

[Portaria n.º 165/2019](#)

29/05/2019

Fixa as taxas administrativas por processos tramitados na comissão arbitral - Fundo de Garantia das Viagens e Turismo (FGVT)